

**FACULDADE NOSSA SENHORA APARECIDA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**ANÁLISE DO CONTROLE DO ATIVO IMOBILIZADO E A
APLICABILIDADE PARA EMPRESA AGREX DO BRASIL S.A**

Aluno: Danielly Santos Lacerda
Orientador: Ms. Paulo Roberto Viana

Aparecida de Goiânia, 2016

**FACULDADE NOSSA SENHORA APARECIDA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**ANÁLISE DO CONTROLE DO ATIVO IMOBILIZADO E A
APLICABILIDADE PARA EMPRESA AGREX DO BRASIL S.A**

Artigo apresentado em cumprimento às exigências para término do Curso de Ciências Contábeis sob orientação do Prof. Ms. Paulo Roberto Viana.

Aparecida de Goiânia, 2016

**FACULDADE NOSSA SENHORA APARECIDA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Danielly Santos Lacerda

**ANÁLISE DO CONTROLE DO ATIVO IMOBILIZADO E A
APLICABILIDADE PARA EMPRESA AGREX DO BRASIL S.A**

Artigo apresentado em cumprimento às exigências para término do Curso de Ciências Contábeis sob orientação do Prof. Ms. Paulo Roberto Viana.

Avaliado em ____ / ____ / ____

Nota Final: () _____

Professor- Orientador Ms. Paulo Roberto Viana

Professora Examinadora: Nadja Fernandes Raful

Aparecida de Goiânia, 2016

RESUMO

O Ativo Imobilizado tem um papel fundamental dentro da empresa, este trabalho foi produzido através de bibliografias consultadas e a prática cotidiana do profissional contabilista, fornecendo informações para conhecimento básico de análise, controle, procedimento e normas do ativo imobilizado, proporcionando a importância e benefícios para entidade de fornecer informação necessária com veracidade para tomada de decisão e planejamento. Foi demonstrado a estrutura do ativo imobilizado tangível e intangível no balanço patrimonial, quais são os critérios para reconhecer um ativo imobilizado, como ocorre a classificação e o julgamento necessário para o mesmo, o reconhecimento de despesa e os métodos de depreciação, e a necessidade de se fazer o teste de recuperabilidade (impairment) dos ativos imobilizado da empresa. E com a intenção de facilitar o entendimento será demonstrado de forma básica os critérios de funcionamento e regulamento dentro da empresa Agrex do Brasil S.A.

Palavra-chave: Ativo imobilizado, controle, patrimônio.

ABSTRACT

Fixed Assets play a fundamental role within the company, this work was produced through consulted bibliographies and the daily practice of accounting professional, providing information for basic knowledge of analysis, control, procedure and rules of fixed assets, providing the importance and benefits to Entity to provide necessary information with veracity for decision-making and planning. The structure of tangible and intangible fixed assets in the balance sheet has been demonstrated, what are the criteria for recognizing a fixed asset, such as the classification and judgment necessary for the same, the recognition of expense and depreciation methods, and the need to (Impairment) of the company's fixed assets. And with the intention of facilitating understanding will be demonstrated in a basic way the criteria of operation and regulation within the company Agrex do Brasil S.A.

Keyword: Permanent assets, control, patrimony.

Introdução

Uma peça fundamental que as médias e grandes empresas necessitam da contabilidade é a demonstrações contábeis, uma representação estrutural da entidade da posição patrimonial, financeira e desempenho, em algumas circunstâncias são obrigadas por lei, segundo a lei 6404/76 “deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício: I balanço patrimonial; II demonstrações dos lucros ou prejuízos acumulados; III demonstrações do resultado do exercício; IV demonstrações do fluxo de caixa; V se companhia aberta, e demonstração do valor adicionado.”. Sendo um dos principais o balanço patrimonial (BP), através deste que se aponta a situação da empresa, tem como finalidade gerar informações em determinado período da situação financeira e patrimonial da empresa, auxiliando na tomada de decisão.

O monitoramento e a avaliação dos bem tangível e intangível da empresa são além do que somente colar etiqueta patrimonial e anexar foto com descrição. O controle do Ativo patrimonial vem com o objeto de auxiliar na tomada de decisão, com respostas rápidas e confiáveis para os interessados, no caso os donos da instituição, investidores, bancos e vários outros. A eficiência no controle trás benefício e ganho para empresa, redução de gastos desnecessários, controle de custo de cada imobilizado, confiabilidade e rapidez com o fornecimento de informação.

No dia a dia da empresa nota-se que é de suma importância manter sobre controle o patrimônio da empresa, saber em qual filial se encontra, emitir nota fiscal de transferência, baixa, e dar entrada de aquisição, sendo controlado pelo código do imobilizado etiquetado no bem. Para controle operacional, para fins fiscais e melhor informação para tomada de decisão. Este trabalho tem como proposta analisar de forma geral as características do ativo patrimonial da empresa, de forma resumida a classificação e como ocorre a movimentação do ativo dentro da empresa.

A pesquisa será realizada através de pesquisa descritiva e explicativa baseada em pratica da própria realidade levantando tema do dia a dia, para Gil (2010, p. 27) “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas

mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” com o objetivo de apresentar de forma geral a prática diária, descrevendo-as. Ocorrerá a prática experimental pelo procedimento de abordagem direta na aplicação diária juntamente com pesquisa bibliográfica.

O objetivo geral deste trabalho tem como finalidade demonstrar e agregar maior qualidade e controle, promovendo análise patrimonial e a reavaliação do ativo com a finalidade de auxiliar contadores e leitores específicos para essa área de qual à importância e os benefícios para empresa controlar o patrimônio da empresa.

Especificamente os objetivos se delinham através de levantamento de informação na área do ativo imobilizado, aplicando a técnica baseadas em fato real, pesquisa por documentação e legislação que envolva o mesmo. Verificar a estrutura patrimonial, o reconhecimento do ativo, o controle da movimentação ocorrida diariamente para o fechamento do período, a depreciação dos seus valores contábeis e o reconhecimento de perda por desvalorização. Outro ponto de partida é a análise por meio de observação com a finalidade de indicar caminho a ser seguido para tomada de decisão e controle correta sobre os ativos da instituição.

O projeto de estágio poderá agregar qualidade e continuação da ação feita no departamento patrimonial da empresa Agrex do Brasil S.A, mantendo os dados atualizados e o controle contínuo de toda movimentação de ativos, utilizando o sistema SAP (Systeme, Anwendungen und Produkte in der Datenverarbeitung) e planilhas eletrônicas. Aplicando sempre que necessário, pelo menos uma vez no ano o inventário com a avaliação da recuperabilidade dos ativos imobilizado caso necessário.

1. Balanço Patrimonial

Balanço patrimonial (BP) é a demonstração contábil que expressa à situação financeira e patrimonial da empresa. Através dela que ocorre a análise da empresa, se está em boas condições e desenvolvendo. O BP é um conjunto de ativo, passivo e patrimônio líquido que se caracteriza por bens, direitos, obrigações e o patrimônio líquido da empresa em um determinado período no final do exercício. Segundo Marion (2009, p.51) “O balanço patrimonial é o mais importante relatório gerado para contabilidade. Através dele pode-se identificar a saúde financeira e econômica da empresa no fim do ano ou em qualquer data prefixada.” Ou seja, é auxiliador na tomada de decisão na empresa, como uma fotografia da situação que é apresentado para acionistas e interessados.

Segundo a Lei 6404/76 artigo 176 estabelece:

Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício: I - balanço patrimonial; II - Demonstração de lucro ou prejuízos acumulados; III - Demonstração do resultado do exercício; IV - Demonstração do fluxo de caixa e (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007); V - se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

A direita da estrutura do BP é alocada o ativo com índice de bens e direitos, segundo Szuster (2009, p. 38) “pode-se dizer que o ativo de forma estática representa os bens e direitos da entidade, ou seja, tudo que a empresa possui.”. É classificado em dois grupos o circulante conforme o grau de liquidez, e no não circulante o ativo realizável em longo prazo, em investimentos, ativo imobilizado e intangível.

Segundo a Lei 6404/76:

Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos: I - ativo circulante; e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009) II - ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

Já o lado esquerdo da estrutura do BP é exibido o passivo que mostra as obrigações com terceiros e o patrimônio líquido da empresa, é classificado conforme a exigibilidade, no circulante são obrigações de curto prazo, já no não circulante são consideradas as que têm prazo maior para cumprir. O patrimônio líquido demonstra o capital social da empresa, reservas, ajuste de avaliação patrimonial, prejuízo acumulado e ações em tesouraria.

Figura 1 – Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial	
ATIVO	PASSIVO
Circulante	Circulante
Disponibilidades	Fornecedores
Créditos	Obrigações trabalhistas
Estoques	Empréstimos e financiamentos (CP)
Outros créditos	Obrigações tributárias
Despesas antecipadas	Provisões e encargos das provisões
	Outras obrigações
Não Circulante	
Realizável a longo prazo	Não Circulante
Investimentos	Exigível a longo prazo
Imobilizado	
Intangível	Patrimônio Líquido
	Capital
	Reservas
	Ajustes de avaliação patrimonial
	Prejuízos acumulados
TOTAL ATIVO	\$ TOTAL PASSIVO
	\$

Fonte: só contabilidade, 2016.

O exemplo acima demonstra a estrutura por grupo, sendo que os subgrupos são classificados conforme já explicado, o ativo são contas devedora (debito) que tem como contrapartida o passivo que são contas credoras (credito), sendo que, ao final do exercício devem estar conciliadas com mesmo resultado. Através da análise das informações registradas coletadas e evidencias no mesmo que se auxilia na tomada de decisão de uma empresa, por isso a importância de ter uma contabilidade estruturada e qualificada.

2. Ativo Imobilizado e Intangível

O controle e gerenciamento do ativo imobilizado dependem de empresa para empresa, levando em conta o seu tamanho, a representatividade do imobilizado e sua complexidade. Quando maior a empresa maior a importância de mapear a movimentação dos ativos, ressaltando três pontos de responsabilidade: pelo uso, pelo controle, e pela salvaguarda.

Segundo CPC-00 (2013, p. 12) “Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para entidade.” Sendo tangível ativo físico como, por exemplo: cadeira, computador, aquilo que se toca; E o intangível que não existe fisicamente como, por exemplo: sistema, goodwill (marca da empresa).

Segundo Marion (2009) “Entende-se por Ativo Imobilizado todo ativo de natureza relativamente permanente, que se utiliza na operação dos negócios de uma empresa e que não se destina à venda.” Sendo assim, tem que ter expectativa de vida dentro da entidade. Segundo o artigo 15 da lei 12.973/2014 “O custo de aquisição de bens do ativo não circulante imobilizado e intangível não poderá ser deduzido como despesa operacional, salvo se o bem adquirido tiver o valor unitário não acima de R\$1.200,00 ou prazo de vida útil não superior a um ano.” Ou seja, é reconhecido como ativo imobilizado bens com vida útil acima de 12 meses e ser maior ou igual ao valor de R\$ 1.200,00, o que for abaixo deste valor é considerado como bens de pequeno valor contabilizado direto na despesa.

É representado na demonstração contábil do Balanço Patrimonial no ativo não circulante, dividido em classe conforme a necessidade da empresa. Corresponde aos bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade, para fins operacionais, buscando benefícios econômicos financeiros. Segundo o CPC-27 (2013, p. 657) “Ativo imobilizado é o item tangível que: (a) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e (b) se espera utilizar por mais de um período.” Ou seja, se espera que o ativo seja utilizado por mais de um ano, e que possua um valor relevante, cada entidade deve estabelecer qual é o valor relevante.

É representado também pelos bens intangíveis, recursos não corpóreos adquiridos ou desenvolvidos pela empresa para funcionamento da mesma, segundo o CPC 04 (2013, p. 141) “Em termos de definição de um ativo intangível, quando: (a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado; ou (b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos ou obrigações.” Como por exemplo, patente, contrato legais, goodwill, direito autorais.

Quando um ativo é reconhecido deve ser mensurado pelo seu custo, o seu preço de compra, acrescido de impostos, redução de desconto comercial e abatimentos, qualquer custo diretamente atribuível para a condição de funcionamento de forma pretendida. É alocado também custos de restauração, quando for considerada uma melhoria, o custo de desmontagem e remoção do item para outro local. Exemplo de custos diretamente atribuídos: custo de preparação para o local; custos iniciais de fretes e de manuseamento; custo de instalação e montagem; honorários profissionais, contratados para colocar o equipamento para funcionar; e treinamento aos empregados.

2.1. Classificação do ativo imobilizado

É necessária realizar o julgamento de classificação conforme a composição dos ativos da entidade da empresa, sobre a subdivisão denomina que:

Figura 2 – Classificação Contábil Ativo Imobilizado

Classificação	Descrição	Exemplo
Bens Tangíveis	Possui corpo físico	<ul style="list-style-type: none"> • Terrenos; • Veículos; • Moveis e utensílios; • Equipamento de informática e periféricos; • Maquinas industrial; • Obra em andamento; • Benfeitorias e edificações.
Bens Intangíveis	Não possui corpo físico	<ul style="list-style-type: none"> • Marcas e Patentes; • Direitos de uso de software; • Direitos autorais; • Obra de arte.

Fonte: Futida (2011, p. 26)

A divisão de classes/conta razão é classificada conforme a necessidade da empresa deve-se tomar cuidado com a mesma, por exemplo, em uma loja de informática os computadores destinados à venda devem ser classificados como estoque, já os utilizados para as operações dentro da empresa são ativos imobilizados que é reconhecido à depreciação.

Bens em construção, ou seja, obras em andamento deve ser classificados em contas separadas, pois por não estar em uso não se deve depreciar. Só ao final da obra que deve ser reconhecido o custo do ativo. Existe uma classificação necessária também quando se compra uma sala comercial, por exemplo, e em vez de utiliza-la em prol da entidade o empresário aluga o local, sendo assim, não é reconhecida como ativo imobilizado, mas como investimento.

Outro julgamento necessário segundo Ricardo Ferreira (2010, p. 109) “O ativo intangível precisa ser identificável para se diferir do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill). O ágio reconhecido em uma combinação de negócios é um ativo que representa benefícios econômico futuros gerados por outros ativos não identificados individualmente e reconhecidos separadamente (não identificados). Tais benefícios econômicos futuros podem decorrer de sinergia entre os ativos identificáveis adquiridos ou de ativo que, individualmente, não se qualificam para reconhecimento em separado nas demonstrações contábeis”. O ágio é reconhecido na negociação da empresa pelo valor justo com expectativa de obter lucro que compense o valor de ágio pago.

Já o Ativo Intangível segundo Ricardo Ferreira (2010, p. 110) “I - É separável (uma marca ou patente adquirido, por exemplo), ou seja, pode ser separável da entidade vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto como contrato... II- Resulta de direitos contratuais (concessão, por exemplo) ou outros direitos legais, independente de tais direitos sem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.”. Sendo assim, identifica uma diferença de classificação entre ativo intangível e o ágio que se classifica como ativo intangível também.

2.3. Reconhecimento de despesa

2.3.1 Depreciação

A depreciação é uma conta retificadora (-) localizado no ativo, sendo assim é uma conta redutora que deduz o valor do ativo imobilizado. Após o reconhecimento como ativo imobilizado se inicia a depreciação, perda de valor por desgaste e utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, baseando-se na alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil. Ou seja, estipula um tempo de utilidade do ativo para entidade que é deduzido até seu valor residual, valor estimado para a venda do bem. E só cessa a depreciação quando o ativo é destinado à venda, baixado ou totalmente depreciado.

Abaixo segue alguns exemplos determinado pela Secretaria da Receita Federal na Instrução Normativa da taxa de depreciação anual fixada conforme citado acima:

Figura 3 – Taxa de Depreciação anual

Conta	Taxa (ao ano)	Vida útil
Veículos	20% a.a.	5 anos
Imóveis (prédios)	4% a.a.	25 anos
Móveis e utensílios	10% a.a.	10 anos
Computadores e periféricos	20% a.a.	5 anos
Máquinas e equipamentos	10% a.a.	10 anos
Terreno	Não deprecia	-----

Fonte: só contabilidade

No dia a dia do uso do ativo imobilizado ele vai se desgastando por uso normal, pela ação da natureza como, por exemplo, benfeitoria de solo para preparo de plantação, ou obsolescência quando ocorrer à perda do valor e redução da vida útil devido desenvolvimento tecnológico.

Segundo o CPC 27 (2013, p. 662) “A vida útil do ativo pode ser menor do que a sua vida econômica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de julgamento baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.”. Sendo assim, a entidade pode estabelecer a vida útil dos automóveis de 4 (quatro) anos por expectativa de uso anteriores, porém esses veículos na vida econômica duram mais de 20 (vinte) anos. O julgamento é realizado por fatores determinantes como

desgaste físico normal, obsolescência técnica, uso do ativo baseando em capacidade produtiva, limites legais no uso do ativo.

Segundo o CPC 27 (2012, p. 661) “A entidade pode escolher depreciar separadamente os componentes de um item que não tenham custo significativo em relação ao custo total do item”. Ou seja, quando a estrutura do avião tem a vida útil diferente do motor do avião, a depreciação pode ser julgada como correto depreciar separadamente os itens. E pode ocorrer dos itens ser agrupado na despesa de depreciação, desde que tenha o mesmo método de depreciação e a mesma vida útil.

Ativo imobilizado que não é depreciado como: terrenos e glebas rurais, não sofre depreciação por ter vida útil ilimitada, com exceção de pedreiras e locais de aterro sanitário, pois são exauridos todos os benefícios destes com o tempo. O que sofre depreciação são as benfeitorias realizadas sobre os terrenos e glebas rurais, como por exemplo, benfeitoria de solo para qualificar a terra para plantio.

Segundo o Decreto nº 3.000 “Art. 311. A taxa anual de depreciação de bens adquiridos usados será fixada tendo em vista o maior dos seguintes prazos: I – metade da vida útil admissível o bem adquirido novo; II – restante da vida útil, considerando esta em relação à primeira instalação do bem.” Quando se adquire um bem utilizado, deve-se analisar os dois pontos citados, considerar a metade da vida útil do bem ou o restante da vida útil dele, obtendo o restante da vida a ser utilizado do bem.

Há também a depreciação acelerada, segundo Marion pode-se dizer que quando a empresa trabalha em mais de um turno normal de 8 horas fixada pela legislação do imposto de renda, acrescenta o coeficiente de 1,5 e quando são dois turnos e de 2,0 quando são três turnos. Sendo admissível o uso intensivo do bem reduzindo a sua vida útil mais rapidamente.

2.3.1.1 Métodos de depreciação

Os três métodos de depreciação inclui o método da linha reta, o método do saldo decrescente e o método de unidades produzidas:

- Método linear:

É uma despesa constante durante a vida útil do ativo. O cálculo de depreciação é igual o valor depreciável dividido pela vida útil.

$$\text{Depreciação} = \text{valor de depreciação} \div \text{Vida útil}$$

$$\text{Depreciação} = 10.000 \div 5$$

$$\text{Depreciação} = 2.000 \text{ a.a}$$

Figura 4 – Depreciação linear

Ano	Cálculo	Taxa de depreciação	Depreciação
1	1/5	20%	2.000,00
2	1/5	20%	2.000,00
3	1/5	20%	2.000,00
4	1/5	20%	2.000,00
5	1/5	20%	2.000,00
Total		100%	10.000,00

Fonte: Baseado no CPC 27 p. 662

- Método decrescente

Despesa decrescente conforme a vida útil do ativo, ou seja, diminui no decorrer da sua utilização.

Figura 5 – Depreciação decrescente

Ano	Cálculo	Taxa de depreciação	Depreciação
1	5/15	33%	3.300,00
2	4/15	27%	2.700,00
3	3/15	20%	2.000,00
4	2/15	13%	1.300,00
5	1/15	7%	700,00
		100,00%	10.000,00

Fonte: Baseado no CPC 27 p. 662

- Método por produção

Despesa baseada no uso ou a capacidade produtiva esperada por período, por exemplo, supondo que a maquina tem a capacidade de 5.000 (cinco mil) toneladas e a produção do primeiro ano seja de 800 toneladas, o valor de depreciação R\$ 10.000,00 (dez mil), a depreciação do 1 ano é de R\$ 1.600,00.

Figura 6 – Depreciação por produção

Ano	Cálculo	Taxa de depreciação	Depreciação
1	800/5000	16%	1.600,00
		16,00%	1.600,00

Fonte: Baseado no CPC 27 p. 662

2.3.2. Amortização

Amortização é referente aos componentes de bens intangíveis. Segundo o CPC 04 (pag. 125, 2012) “O método de amortização utilizada deve refletir o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros. Se não for possível determinar esse padrão com segurança, deve ser utilizado o método linear.” Sendo assim, amortização corresponde a perda do valor de aquisição ao longo da sua vida útil.

Ativo intangível com vida útil indefinida em benefícios econômicos futuros não devem ser amortizados, quando a empresa investe o capital e não consegue determinar a vida útil do mesmo, pois continua trazendo retorno, o valor aplicado não perde o valor. Porém, deve ser avaliada a cada ciclo sua recuperabilidade se não foi desvalorizada.

Amortização para Marion (2009) “corresponde a perda do capital aplicado em Ativos Intangíveis. Assim, são amortizáveis os ativos intangíveis de duração limitada, ou seja: o Fundo de comercio, o Ponto Comercial, os Direitos Autorais, as Patentes e o Direito de Exploração.”. O método de amortização é similar ao da depreciação: método linear, método do saldo decrescente e método de unidades produzidas baseados na vida útil do bem estabelecida por lei, fixado por contrato ou pela expectativa que o intangível gere benefício econômico.

2.3.3. Exaustão

A exaustão se refere à redução do valor ao desgaste por exploração de recursos naturais. Segundo Marion (2009, p.223) “A exaustão corresponde à perda de valor decorrente da exploração de direito cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração. ” Ou seja, à medida que o investimento necessário é explorado os recursos vão se exaurindo.

Como por exemplo, em uma empresa de agropecuária quando faz uma melhoria do solo para plantio é reconhecido como benfeitorias de solo que ao ser reconhecido no final do processo, começa a amortização do mesmo pela perspectiva de uso.

3. Redução ao valor recuperável de ativos

O teste de recuperabilidade, conhecido também como “Impairment”, é uma avaliação referente ao valor recuperável do bem. Segundo a lei 6.404/76:

Art. 183, § 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009) I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007) II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

O teste tem o objetivo de verificar se o ativo realmente consta o valor justo no valor contábil no ativo imobilizado da empresa. Segundo o pronunciamento técnico CPC 01 (2012) “Redução ao Valor Recuperável de Ativos requer que perdas por desvalorização (impairment) sejam reconhecidas caso o valor recuperável tenha ficado abaixo do valor contábil.”. Sendo assim, se ao realizar o teste de recuperabilidade o valor de venda ou de produção/uso seja menor que o valor contábil a um reconhecimento de perda no resultado referente à desvalorização do ativo.

Segundo Ricardo Ferreira (2010) “A análise da recuperabilidade visa assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior

àquele passível de ser recuperado por seu uso ou por venda. Assim, caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, deve-se imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perda.” Sendo assim, avaliar se o bem está no valor correto pelo seu desgaste e pelo preço de mercado, caso não, reconhecer a desvalorização deste bem.

Porém, se ao realizar o teste de impairment é o ativo constar um valor recuperável acima do seu valor contábil, ou seja, um valor positivo, não se pode reconhecer esse ganho, pois o Impairment é reconhecimento de perda do ativo do valor recuperável e com a Lei 11.638/2007 foi extinta a partir de 01.01.2008 a reavaliação dos bens, onde permitia a entidade através de laudo de avaliação resultar saldos positivos ou negativos para bens da mesma natureza efetuar acréscimo/ganho e decréscimo/perda no ativo imobilizado.

O valor contábil de um ativo é R\$ 500.000,00, por exemplo, de uma máquina industrial, ao fazer um teste de impairment e avaliar no mercado o seu valor de venda é de R\$ 460.000,00 e o valor de uso/resultado é de R\$ 450.000,00, quando gera uma diferença entre os valores pesquisados deve-se trazer o valor mais próximo do valor contábil. Neste caso, é o valor de venda onde é efetuado um ajuste reconhecendo a perda por desvalorização do ativo de R\$ 40.000,00 e o valor contábil é ajustado para R\$ 460.000,00. O lançamento contábil seria da seguinte forma:

Figura 7 – Lançamento contábil do Impairment

Ativo imobilizado		
500.000,00		
Perda por desvalorização de ativo		(-) Provisão perda por desvalorização do ativo
D- 40.000,00		C- 40.000,00

Fonte: Prof. Daniel R. Nogueira, por Danielly Lacerda

D- Perda por desvalorização de ativo (Resultado)

C- (-) Provisão para perda por desvalorização do ativo (Ativo Não Circulante)

4. Aplicação do controle na Agrex do Brasil S.A

Este trabalho foi realizado baseado no estágio efetuado na empresa Agrex do Brasil S.A portadora do localizada na Avenida T-63, nº 1.296 – 16º andar, Edifício New World, Setor Bueno, CEP: 74.230-100 Goiânia-GO. Sua atividade principal é mercado agrícola. O software utilizado na empresa no dia a dia para geração de informação é o sistema SAP.

O controle do ativo imobilizado da empresa é realizado pelo departamento patrimonial, a empresa possui no geral mais de 7.000 ativos, todos possuem números de etiqueta patrimonial fixado, o que facilita no reconhecimento do ativo no sistema, pode rastreá-lo mais rápido, e saber o histórico do ativo, por exemplo, em quais filial esse ativo já esteve, a data de aquisição, o quanto foi depreciado e o que falta, nota fiscal de entrada, quem requisitou e fez o pedido do mesmo. O controle da movimentação da matriz e demais filiais traz facilidade na aplicação do inventario e auditoria.

A empresa é dividida por segmento, ou seja, por atividades, como por exemplo: Administrativo, Armazém, Jet, Produção agrícola, Sementes, Insumos. Cada ativo imobilizado é ligado a esses segmentos pelo centro de custo e divisão (filial), ou seja, possui um controle por área e filial. Com esse controle, pode-se passar informação para os supervisores, gerentes, e diretores de quantos estar o custo contábil e depreciação acumulada/despesa de cada área, por filial, e no geral por empresa.

As principais atividades do departamento patrimonial são:

4.1. Registrar movimentação do ativo patrimonial

Através de requisição e pedido é responsabilidade do departamento registrar no sistema SAP a movimentação dos lançamentos:

- **Aquisição:** Lançamento da MIGO e MIRO quando ocorre uma aquisição de imobilizado, contabilizando a tributação da nota fiscal, como DIFAL, IPI, ICMS, entregue pelo fornecedor. O departamento deve-se executar a colagem da etiqueta patrimonial no ativo e o registro de foto para arquivar no sistema.
- **Transferência:** Podendo ser definitiva, quando não tem intenção de devolução devendo ser transferido o físico dentro do sistema, ou temporária com o prazo de retorno para a filial de origem de 180 dias, caso passar o prazo é cobrado imposto. Deve ser preenchido o formulário de requisição por e-mail, o departamento abre o chamado para autorização e emissão da nota fiscal.
- **Baixa:** Emissão de nota fiscal de baixa por perda, sucata ou furto deve fazer baixa no físico e sistema. Deve preencher o requerimento de solicitação de baixa.
- **Venda de imobilizado:** Após autorizado pelo gestor responsável da área é emitido nota fiscal de venda, gerando financeiro ao cliente e tributação quando for aplicado e realizar baixa no sistema.
- **Remessa para conserto:** Emitir nota fiscal de remessa para conserto, quando for solicitado o reparo do ativo imobilizado. A devolução é realizada por uma nota fiscal do fornecedor emitida como contrapartida para registrar entrada do bem na empresa.

4.3 Análise tributaria da movimentação do ativo

A cada movimentação do ativo imobilizado lançada deve ser analisada se há incidência de tributação, para nota fiscal de transferência temporária, remessa para conserto e movimentação dentro do Estado não há incidência de tributos, com exceção de baixa, porém deve ser analisado individualmente cada lançamento contábil e fiscal, consultando legislação de cada Estado. Em operação interestadual (entre Estado) incide tributação, deve observar se possui benefícios de redução de base de ICMS, e isenção de DIFAL, e determinar corretamente o CFOP nas notas fiscais. Na aquisição do ativo deve-se verificar se tem tributação de PIS e COFINS

sobre o mesmo. Toda nota fiscal deve ser aprovada pelo departamento fiscal, através de chamados abertos pelo colaborador responsável.

4.3 Fechamento Mensalmente

A cada final de mês a contabilidade juntamente com o patrimônio e controladoria tem o prazo de 7 dias para fechar e demonstrar o resultando do período. As movimentações do ativo imobilizado realizado no mês se reflete no fechamento, toda contabilização da movimentação do ativo e analisado e fechado, para rodar a depreciação e amortização da empresa, após desta atividade é gerado relatórios das movimentações e divulgado o mapeamento do imobilizado.

Figura 8 – Resumo do fechamento por período

Segmento	Denominação Segmento	Valor contábil	Conta Razão	Denominação Conta Razão	Valor contábil
100	Insumos	23.131.549,98	12511001	Bens Destinados a Venda	12.803.656,32
200	Commodities	110.674,65	12601001	Terrenos	9.210.120,00
300	Sementes	18.196.839,19	12601002	Glebas Rurais	4.088.175,67
400	JET Soja	1.880.564,64	12601003	Edificacoes e Construcoes	90.142.863,96
500	Produção Agrícola	43.399.887,24	12602001	Máquinas e Equipamentos Industriais	24.215.904,21
600	Administrativo	19.519.322,13	12602002	Aparelhos e Ferramentas	249.866,78
700	Infralog	116.257.461,89	12602003	Instalacoes	2.047.309,39
Total Geral		222.496.299,72	12602004	Moveis e Utensilios	1.544.842,56
			12602005	Veiculos	1.933.153,96
			12602006	Avioes	2.158.950,14
			12602007	Equip. e Aparelho de Telefonia	188.332,11
			12602008	Equip. e Aparelho de Informatica	1.062.579,65
			12602009	Maquinas e Implementos Agricolas	16.002.085,73
			12602010	Motocicletas	88.170,01
			12602011	Equip. e Aparelho de Seguranca	335.560,06
			12602012	Vagoes	20.733.139,99
			12602013	Caminhoes	1.828.823,96
			12603001	Obra em Andamento	1.684.350,03
			12603002	Corretivos em Andame	253.785,67
			12615001	Correção de Solo	20.351.211,81
			12701003	Direitos - Software de Computacao	11.573.417,71
			Total Geral		222.496.299,72

Fonte: Sistema SAP, por Danielly Lacerda.

Filial	Denominação Filial	Valor contábil	CDC	Denominação de Centro de custo	Valor contábil
C001	Agrex - Goiânia	25.291.732,03	10011001	Comercial Insumos	1.319.038,18
C003	Agrex - Goiatuba	14.539.716,47	10013001	UMS	3.813.179,36
C008	Agrex - Edéia	599.621,78	10014001	JET	549.752,04
C010	Agrex - Montividiú	721.689,70	10016001	Administrativo	3.979.631,46
C012	Agrex - Jataí	2.409.304,33	10017001	Infralog	34.467.282,09
C014	Agrex - Joviânia	2.986.889,79	20011113	COMERCIAL	9.414.289,67
C018	Agrex - Monte Alegre	4.830.146,11	20011211	SUPRIMENTOS	6.317,76
C019	Agrex - Bom Jesus Piauí	1.773.612,33	20012111	ORIGINACAO	6.242,84
C020	Agrex - Faz. Stº Isidoro	531.982,74	20012201	COMMODITIES	7.626,25
C022	Agrex - Balsas	13.203.108,38	20012211	TRADING	7.580,16
C024	Agrex - Alto Parnaíba	2.137.878,35	20013101	GESTÃO SEMENTES	34.478,46
C025	Agrex - Faz. Batavo	1.551.066,27	20014101	GER JET SOJA	18.839,21
C028	Agrex - Sambaíba	5.227.848,58	20016012	GESTAO DE PESSOAS	15.355,09
C029	Agrex - Faz. Stº Bárbara	617.002,77	20016013	ADM DE PESSOAL	11.565,74
C031	Agrex - Comercial Batavo	5.574.244,97	20016015	TRAINEE	573,89
C032	Agrex - Porto Franco	22.813.952,74	20016031	DIRETORIA	85.108,11
C033	Agrex - Riachão	2.917.660,44	20016122	P&C	15.920,07
C035	Agrex - Faz. Campos Lindo	1.641.544,52	20016123	CONTABILIDADE	5.676,48
C036	Agrex - Faz. Chapada Alta	5.562.883,89	20016124	FISCAL	9.244,75
C039	Agrex - Guarai	746.925,78	20016132	TESOURARIA	7.609,39
C041	Agrex - Canarana	441.260,06	20016133	CREDITO	5.569,09
C043	Agrex - Querência	16.047.368,30	20016142	PROCESSOS	6.689,12
C044	Agrex - Gaúcha do Norte	8.374.256,44	20016152	JURIDICO	13.567,07
C045	Agrex - Água Boa	196.180,56	20016162	GESTAO E ESTRATEGICA	1.533,11
C056	Agrex - Gurupi	12.775.087,52	20016212	TI - INFRAESTRUTURA	2.155.971,25
C059	Agrex - Transbordo Porto	22.894.077,02	20016213	SISTEMAS	9.950.332,47
C060	Agrex - Rio Verde	169.794,59	20016214	SUP-ADM	5.395,85
C061	Agrex - Faz. União	9.721.064,23	20016215	CORPORATIVO	554.919,06
C062	Agrex - Goiânia	9.515,76	20016216	TRANSPORTE AEREO	2.158.950,14
C064	Agrex - Fazenda Portugal	11.246.213,64	20016217	PATRIMONIO	5.768,94
C065	Agrex - Faz. São Bento	3.757.933,00	20016222	ADM FILIAIS	2.117,05
C068	Agrex - Lagoa da Confusão	12.640.932,61	20017111	ADM ARMAZEM	97.279,65
C070	Agrex - Faz. Curitiba - MA	8.483.974,18	20017131	LOGISTICA	11.206,36
C072	Agrex - Maringá	59.829,84	20031113	COMERCIAL	3.557.263,13
Total Geral		222.496.299,72	20032111	ORIGINACAO	3.584,42

Fonte: Sistema SAP, por Danielly Lacerda.

4.4 Inventário e Teste de Recuperabilidade

Recentemente a empresa contratou uma empresa para realizar o inventário, onde fez o levantamento de todos os ativos da empresa, no final efetuou baixa da sobra contábeis, ou seja, bens que existia no sistema, porém, não existia fisicamente; subiu sobras físicas com valor contábil zerado, que é oposto das sobras contábeis, existia o físico, mas não era registrado no sistema. Foi realizado uma pesquisa da vida útil dos ativos, onde teve reajuste e adaptação conforme a taxa estabelecida pela Instrução Normativa SRF nº 162 de 1998, com atribuição ao Decreto nº 3.000.

Houve também um teste de recuperabilidade dos ativos imobilizado, onde foi analisado pelo desgaste e valor de mercado dos bens para verificar se os ativos

realmente estavam no seu valor real. E no final da análise verificou que não seria necessário reconhecer perda por Impairment.

O trabalho do departamento patrimonial após este inventário é monitorar e participar de toda movimentação do ativo, sempre que houver alteração de filial, centro de custo, área informar ao departamento patrimonial, e acompanhar desde o pedido e aquisição do imobilizado, a chegada, colar a etiqueta patrimonial e registrar com fotos para arquivar no sistema para manter regularizado e passar informação corretas e confiáveis.

6. Considerações finais

A finalidade deste trabalho foi demonstrar a aplicação do controle patrimonial dentro da entidade e a importância do controle e análise do mesmo. Observa-se que não funciona apenas para contabilizar a quantidade de imobilizado, mas para demonstrar informações que auxiliam no planejamento e tomada de decisão da instituição.

Através de bibliografias consultadas e a prática do dia a dia, foi apresentado a estrutura do ativo imobilizado tangível e intangível no balanço patrimonial, quando reconhecer um ativo, sua classificação e o julgamento necessário para o mesmo, o reconhecimento de despesa e os métodos de depreciação, e a necessidade de fazer o teste de impairment.

Baseando-se na empresa utilizada com estudo é o importante o controle porque gera informações confiáveis que são passadas para os gestores e diretores como estar à situação patrimonial da empresa. E através destas informações passada com, por exemplo, a depreciação de cada unidade de atividade, o custo dos ativos para manter aquela filial juntamente com departamento de planejamento e controle, pode-se ser tomadas decisões e medidas para aumentar produção ou reduzi-la, investir pesado em alguma unidade de atividade que gera mais lucratividade, ou finalizar as operações naquela filial.

Observa-se também que para ser eficaz no controle do ativo imobilizado é necessário a eficiência no relacionamento administrativo nas operações no dia a dia realizada por quem se trata diretamente com o ativo imobilizado, seguir o regulamento e diretrizes efetuadas na empresa, ou seja, sempre que for realizar a movimentação de um ativo, ou baixar, atualização nos direitos legais informar ao departamento patrimonial para tomar devidas providências.

Enfim, acreditando-se ter executado o objetivo neste trabalho, mostrando modelo e utilização legislação para comprovar que é necessário para o controle e a importância para empresa. Todos os aspectos levantados ponderam servi de apoio para implantação de controle de ativo, e agregar qualidade na aplicação das atividades do dia a dia.

Referências

Conselho Federal da Contabilidade, **Pronunciamento Técnicos Contábeis**, Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 00. Brasília, DF, 2013.

Conselho Federal da Contabilidade, **Pronunciamento Técnicos Contábeis**, Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 01. Brasília, DF, 2013.

Conselho Federal da Contabilidade, **Pronunciamento Técnicos Contábeis**, Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 04. Brasília, DF, 2013.

Conselho Federal da Contabilidade, **Pronunciamento Técnicos Contábeis**, Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21. Brasília, DF, 2013.

Conselho Federal da Contabilidade, **Pronunciamento Técnicos Contábeis**, Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 27. Brasília, DF, 2013.

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade Básica**: Finalmente você vai aprender contabilidade. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2010.

FUTIDA, Honório. **Novas regras para organização e controle do Ativo Imobilizado**: Padronizado conforme as Leis 11.638/07 e 11.941/09. Brasília 7-88

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

Instrução Normativa SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998. **Receita Federal**. disponível em: < <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?-visao=anotado&idAto=15004> > Acessado em 02 de novembro de 2016.

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre a Sociedade por Ações. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm >. Acessado em: 11 de outubro de 2016.

Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. Alteração da legislação tributária. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12973.htm >. Acessado em: 05 de novembro de 2016.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 10ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.

NOGUEIRA, Daniel R. **Como Calcular a Depreciação e Impairment**. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=PQH6P7s_gQk > publicado em 11 mar 2014. Acessado em: 05 de novembro de 2016

SAP NetWeaver. Sap Gui for Windows, Sistema utilizado na empresa Agrex do Brasil S.a. Acessado em 31.10.2016

Só contabilidade, Grupo Virtuous. **Conteúdo Balanço Patrimonial**. Disponível em: < http://www.socontabilidade.com.br/conteudo/BP_classificacao.php >. Acessado em: 22 de outubro de 2016.

SZUSTER, Natan. **Contabilidade geral**: Introdução à Contabilidade Societária. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.